

Brasil ainda não definiu

CORREIO BRAZILIENSE

modelo econômico

Roberto Hillas

Bastaram apenas 14 meses com a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello à frente do Ministério da Economia para o empresariado brasileiro perceber a necessidade de rever o principal ponto de seu discurso: a reclamação contra a intervenção do Governo. Percebeu-se, ao longo desses 14 meses, que a conversa "Tirem o Governo das nossas costas" era uma falácia, pois deixar o mercado funcionar livremente significa, também, eliminar subsídios, créditos favorecidos e abertura do mercado à concorrência externa.

O empresariado brasileiro já não fala tanto na intervenção do Estado na economia. O Estado já volta a ser encarado como um parceiro, talvez porque tal parceria não é disputada por segmentos da iniciativa privada.

Os industriais brasileiros e os investidores do mercado financeiro mudaram o seu discurso, a partir da posse do ministro Marcílio Marques Moreira. Querem regras do jogo econômico mais definidas, de maneira a possibilitar, por exemplo, que as Bolsas

de Valores efetivamente atraíam capitais de fora. Querem saber qual a estratégia econômica do Governo, com suas prioridades para médio e longo prazos, para estabelecerem cronogramas de investimento e produção. Querem um modelo econômico.

Talvez seja este o momento da descoberta de que o Estado brasileiro pode ser um parceiro adequado do empresariado, tal como na Itália e em Cingapura. Para isso torna-se imprescindível que a estratégia econômica governamental seja definida juntamente com os empresários. Eles não querem retornar ao tempo em que o Ipea e o Ministério do Planejamento definiam metas, objetivos, muitos deles sobre influência de instituições militares — e que resultaram em distorções tipo indústria bélica e indústria voltada para suprir o programa de usinas atômicas.

A Confederação Nacional da Indústria revelou em sua pesquisa "Abertura Comercial e Estratégia Tecnológica: A Visão de Líderes Industriais Brasileiros", realizada com mil empresários nacionais, que metade das indús-

trias brasileiras crê que não pode vencer os importados. Mário Amato, presidente da Fiesp, ao revelar a pesquisa junto com o presidente da CNI, senador Albano Franco, afirmou que o processo de liberação comercial "está sendo conduzido com muita velocidade".

Walter Sacca, diretor do Departamento de Economia da Fiesp, ressaltou que "depois de tantos planos econômicos, ninguém tem mais confiança no Governo". A crise é de credibilidade. O empresariado espera aprofundar o diálogo que o novo ministro da Economia iniciou. Segundo Sacca, o empresariado está se perguntando, o tempo todo, quando tudo vai mudar de novo?

O desalinhamento de preços é outro dos problemas do empresariado, que o quer ver resolvido no curtíssimo prazo. Os diretores da Associação Brasileira da Indústria Química falam de margem de lucros comprimida e de empresas na lona. Os dirigentes de montadoras de veículos automotores falam de uma desorganização econômica que desmotiva novos investimentos.